



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 7 de Setembro de 2006 (11.09)
(OR. de)**

12509/06

LIMITE

**COPEN 94
EJN 22
EUROJUST 43**

NOTA DE ENVIO

de: Dr. Wilhelm SCHÖNFELDER, Embaixador, Representante Permanente da República Federal da Alemanha junto da União Europeia

data de recepção: 7 de Agosto de 2006

para: Secretário-Geral/Alto Representante, Javier SOLANA

Assunto: Decisão-quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI)

– Comunicação, nos termos do n.º 2 do artigo 34.º da Decisão-quadro, sobre a transposição para o direito nacional

Senhor Secretário-Geral,

Junto envio a V. Exa. o texto das disposições que transpõem as obrigações resultantes da Decisão-quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros da União Europeia. Na sequência de uma decisão do Tribunal Constitucional Federal de 18 de Julho de 2005, foi reformulada a lei que transpõe a Decisão-quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros da União Europeia (lei que aprova o regime jurídico do mandado de detenção europeu). Esta lei entrou em vigor em 2 de Agosto de 2006.

Junto envio ainda o texto das restantes declarações da República Federal da Alemanha sobre a Decisão-quadro relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros da União Europeia. Com excepção de uma alteração da designação das autoridades competentes, o texto corresponde às notificações feitas após a entrada em vigor da lei que aprova o regime jurídico do mandado de detenção europeu de 21 de Julho de 2004 e que foi declarada nula pelo Tribunal Constitucional Federal.

Ad n.º3 do artigo 6.º da Decisão-quadro: As autoridades judiciais competentes a que se refere o artigo 6.º são os Ministérios da Justiça da Federação e dos Länder. Em regra, estes delegam as competências que decorrem do n.º 1 do artigo 6.º para a emissão de mandados nas Procuradorias (Staatsanwaltschaften) dos Länder e aos tribunais regionais (Landgerichte), e as competências para a execução dos mandados (n.º 2 do artigo 6.º) nas Procuradorias-Gerais dos Länder.

Ad n.º2 do artigo 8.º da Decisão-quadro: A República Federal da Alemanha aceita mandados de detenção europeus redigidos em qualquer língua oficial dos Estados de emissão que reconheçam mandados de detenção emitidos em língua alemã pelas autoridades judiciais alemãs.

Ad n.º2 do artigo 25.º da Decisão-quadro: A autoridade responsável pela recepção dos pedidos de trânsito é a Procuradoria -Geral em cuja jurisdição a pessoa procurada deva ser entregue para fins de trânsito.

Ad quarto parágrafo do n.º 2 do artigo 31.º da decisão quadro: Os acordos multilaterais referidos no n.º 1 do artigo 31.º mantêm-se subsidiariamente em vigor, na medida em que estes permitam aprofundar ou alargar os objectivos do mandado de detenção europeu e contribuam para simplificar ou facilitar os processos e desde que o Estado-Membro em causa os continue também a aplicar nessa medida. O mesmo se aplica a acordos celebrados pela República Federal da Alemanha com outros Estados Membros a nível bilateral.

Não são apresentadas mais declarações.

(Fórmula de cortesia)

Dr. Schönfelder
